

Bento XVI, Pio XII e o Vaticano II

Padre João Batista de Almeida Prado Ferraz Costa

Na linha da hermenêutica da continuidade, Bento XVI declarou que uma das fontes mais importantes do Vaticano II é o magistério de Pio XII. Disse que, depois da Sagrada Escritura, os textos mais citados pelos padres conciliares são os documentos do papa Pacelli.

É muito louvável o empenho de Bento XVI de promover uma leitura do Vaticano II à luz da tradição, desautorizando assim aqueles que pretendem transformar o Vaticano II no marco inaugural de uma nova Igreja Católica, um “super-concílio” criado *ex nihilo*.

No entanto, é preciso reconhecer que o Vaticano II apresenta sérias dificuldades para ser interpretado na linha de continuidade do magistério da Igreja, ainda que se admita um desenvolvimento orgânico na vida eclesial. A Igreja está na história, mas sua doutrina não pertence à história e sim ao Verbo Eterno. Com efeito, como diz Romano Américo em *Stat Veritas*, ao que vem depois compete demonstrar sua continuidade com o precedente. E para tanto, não bastam citações de autores antigos. Os protestantes e os jansenistas citam, em tom elogioso, a Santo Agostinho. Todavia, seria grosseiro equívoco dizer que pertencem à mesma estirpe doutrinária de Santo Agostinho. Apenas o citam para corromper-lhe o pensamento ou para se cobrirem com o prestígio de um autor universalmente acatado.

Quanto ao Vaticano II, são conhecidas as lutas internas, os episódios dramáticos dos embates entre os padres fiéis à tradição da Igreja e os inovadores. Estes, depois de fulminados por São Pio X, passaram a viver homiziados à espera de uma ocasião oportuna para dar um golpe e revolucionar a Igreja. Em 1923, Pio XI pensou em convocar um concílio que pudesse concluir os trabalhos do Vaticano I, suspenso em 1870, em virtude de problemas políticos. Foi desaconselhado pelo cardeal Billot que lhe disse:

Eis a razão mais grave, aquela que me parece militar absolutamente contra a convocação.

A retomada do Concílio é desejada pelos piores inimigos da Igreja, isto é, os modernistas, que já se apressam – como o atestam os indícios mais certos – a aproveitar os estados gerais da Igreja para fazer a revolução, o novo 1789, objeto dos seus sonhos e esperanças.

Inútil dizer que não o conseguirão, mas veremos dias tão tristes como os do final do pontificado de Leão XIII e do início de Pio X; veremos coisa ainda pior, e seria a destruição dos bons frutos da encíclica Pascendi que os reduzira ao silêncio.¹

Mas, enfim, por um desígnio insondável da Providência, o concílio realizou-se. Os seus frutos não são os melhores. Os próprios entusiastas do Vaticano II reconhecem que a situação da Igreja, após o VII, não é brilhante. Há problemas de toda ordem. Reina uma confusão enorme entre os católicos, a corrupção doutrinal é espantosa. Paulo VI chegou a falar em auto-demolição da Igreja e na penetração da fumaça de Satanás no templo de Deus.

Quanto à existência de uma crise na Igreja após o concílio há um testemunho concorde e unânime dos católicos dotados de um mínimo senso crítico. O problema está em estabelecer uma relação de causa e efeito entre a crise e o próprio VII. Alguns chegam a admitir que a crise resulta de um espírito revolucionário dos anos Sessenta que invadiu toda a sociedade, inclusive a Igreja. O problema não estaria no próprio concílio. Nas atas conciliares não haveria nenhum problema, nada que justificasse uma reviravolta na vida da Igreja, nenhuma concessão à heresia, ao espírito mundano anti-católico.

Ora, isto não corresponde à verdade dos fatos. Está solidamente documentado que durante o Concílio houve uma tentativa de harmonizar correntes teológicas antagônicas, um esforço de operar uma síntese que lançasse a Igreja a um patamar mais alto, permitindo-lhe descortinar novos horizontes para a humanidade. Esse problema nos levaria longe demais, porque envolve toda a questão do humanismo de Maritain e da negação da ordem sobrenatural na obra de de Henri de Lubac e Karl Rahner.² A questão merece estudo mais aprofundado e excede o objetivo deste modesto artigo.

O famoso livro *O Reno se lança no Tibre* do padre Ralph Wiltgen SVD (Editora Permanência, Rio de Janeiro, 2007) faz uma reportagem interessante dos momentos críticos do VII, quando, em face de um confronto doutrinário, optava-se por uma solução de compromisso mediante a redação de textos ambíguos. Wiltgen cita o dominicano holandês Schillebeeckx que disse: “A maioria tinha recorrido a uma terminologia deliberadamente vaga e excessivamente diplomática e o próprio padre Congar tinha bem cedo protestado contra a redação deliberadamente ambígua de um texto conciliar.” (o.c. p. 245)

Um concílio que não lança anátemas, não define pontos doutrinários, é algo inédito na história da Igreja. Um concílio que tenta ignorar o princípio de não contradição para formular uma teologia à maneira hegeliana não pode prosperar. Se chegasse a uma síntese resultante de um compromisso de todos os envolvidos em tal concílio, essa síntese seria uma ruína geral.

Portanto, não causa admiração que o VII cite com profusão o magistério de Pio XII. Isto, porém, não significa que o VII esteja na linha de continuidade do

¹ Apud Spadafora, Francesco, *La tradizione contro il Concilio*, Roma, 1989.

² Aos interessados em aprofundar o tema recomenda-se a leitura de *De Lamennais a Maritain*, de Julio Meinvielle, Buenos Aires, 1945; *Getsemani*, Cardinale Giuseppe Siri, Roma, 1987. Para uma leitura propedêutica, *O humanismo integral de Jacques Maritain*, disponível em www.santamariadasvitorias.com.br. Cf. Documentos.

magistério do grande papa. Com efeito, Pio XII na *Mystici Corporis*, aprofundando a doutrina perene dos papas sobre a constituição da Igreja, sobretudo a *Satis Cognitum* de Leão XIII, diz: “Afastam-se da verdade divina aqueles que imaginam a Igreja como se não pudesse ser alcançada nem vista, como se fosse uma coisa “pneumática” (como de fato o dizem), pela qual muitas comunidades de cristãos, se bem que separados entre si pela fé, todavia seriam entre si unidos por um vínculo invisível.”

Ora, é fato irrefragável que a *Lumen Gentium* atenta contra essa doutrina com sua tristemente célebre expressão *subsistit* e seus desdobramentos no campo da “política ecumênica” pós-conciliar, tais como os jargões “comunhão imperfeita entre as igrejas irmãs” Que significa isso? Para onde nos querem conduzir?

Igualmente, Pio XII reitera solenemente na encíclica *Divino Afflante Spiritu*, de 30 de setembro de 1943, a doutrina tradicional da Igreja sobre a inerrância absoluta da Sagrada Escritura como decorrência necessária da sua inspiração divina. Ao contrário, o VII se exprime em termos dúbios a respeito e o Catecismo pós-conciliar categórico ao reduzir a inerrância bíblica à verdade salvífica. (Cf. CIC nº 136).³

Outrossim, o Santo Ofício, sob o pontificado de Pio XII, condenou a doutrina que equipara os fins do matrimônio: o auxílio mútuo não se subordinaria ao fim primário, o bem da prole (Cf. DS. Nº 3838). Ao contrário, a *Gaudium et Spes* do VII ignora essa hierarquia de fins. O Código de Direito Canônico de 1917, no cânon 1013, era claríssimo nessa matéria. O novo Código, de 1983, no cânon 1055, diz simplesmente que o matrimônio está ordenado ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole.

As conseqüências de todas essas inovações doutrinárias, de todas essas reformas, são desastrosas e estão aí para quem quiser ver. A grande maioria dos católicos hoje são ecumenistas radicais, irenistas ou quase sincretistas. Dizem com todas as letras, com a consciência tranqüila, que todas as religiões são boas. Que “o importante é o amor”. Que o importante é que haja paz para que a gente tenha vida boa aqui na terra. No campo da moral familiar, o que existe é um verdadeiro escândalo, consentido e apoiado por grande parcela do clero e do episcopado. Diz-se abertamente que se pode evitar filho por qualquer meio. A família católica tradicional está praticamente liquidada. É uma vergonha o que se vê!

Na verdade, esta questão é perfeitamente esclarecida pela desolação litúrgica vivida pela Igreja após o VII. A liturgia é a expressão da doutrina da fé. Ela não pode sofrer dilacerações, rupturas sem que o dogma seja ferido. A doutrina não pode ser alterada sem que a liturgia seja desfigurada. Após a reforma litúrgica o cardeal Benelli, de Florença, declarou que a missa tradicional não podia ser autorizada porque ela traduzia uma eclesiologia ultrapassada. Quer dizer, a Igreja da democracia e da colegialidade, na qual se obscurece o sacerdócio hierárquico e se corrói a autoridade suprema do Vigário de Cristo, é incompatível com a liturgia tradicional que se opõe a essas heresias.

Ora, o cardeal Ratzinger prefaciou a obra de Mons. Klaus Gamber *La Réforme Liturgique en question* (Édition Sainte-Madeleine, 1992). Ratzinger diz que a

³ O cardeal Albert Vanhoye, ex-secretário da Pontifícia Comissão Bíblica, em entrevista à revista *30 Dias*, confirmou a novidade exegética. (Cf. ano XXVI, n.6/7 -2008).

reforma litúrgica foi uma devastação, sustentando assim a tese do autor que diz que a reforma litúrgica de Paulo foi mais radical que a de Lutero.

Como se vê, é muito dificultoso, para não dizer impossível, pretender que o VII não ofereça nenhum problema de interpretação dos seus documentos ou simplesmente pretender que todos seus ensinamentos estão na linha da tradição. Há, sim, uma ruptura, que é urgente sanar. Como fazê-lo? Roma tem sabedoria milenar e a assistência do Espírito Santo para encontrar a forma adequada. Confiando ao Instituto do Bom Pastor a missão de fazer uma crítica construtiva ao VII, a Santa Sé admite a existência do problema e dá um passo importante na busca de um remédio. No momento, basta verificar que o VII é um concílio atípico.

Ademais, todo o espírito pós-conciliar é completamente oposto ao espírito de Pio XII. João Paulo II, por ocasião do Jubileu do Ano 2000, promoveu aquele infeliz e controvertido pedido de perdão por supostos pecados cometidos pelos filhos da Igreja que lhe teriam desfigurado o rosto.⁴ Denegriu assim a história da Igreja. Consta que o cardeal Ratzinger foi contra esse pedido de perdão. Pio XII, ao contrário, lamentava: “Ouço em torno de mim inovadores que querem dismantelar a Sagrada Capela, destruir a flâmula universal da Igreja, rejeitar seus ornamentos, dar-lhe remorsos de seu passado histórico. Eu, meu caro amigo, tenho a convicção de que a Igreja de Pedro deve assumir seu passado ou ela cavará a sua sepultura.”⁵

Pio XII, como bem o reconheceu o papa Bento XVI, foi, sem dúvida, um grande papa. Governou a Igreja em período de grande turbulência, não só durante a segunda guerra mundial, mas arrostou os desafios do pós-guerra, quando no mundo ocidental começava a acentuar-se a tendência laicista da sociedade contemporânea, de uma democracia atéia universal. Não cedeu um milímetro em matéria doutrinal, não negou um artigo do direito público eclesiástico. As várias concordatas assinadas pela Santa Sé em seu tempo são provas históricas da sua fidelidade.⁶ Além disso, salvou a Itália da ameaça comunista em 1946. Até hoje os católicos italianos recordam com grande veneração o trabalho de mobilização, verdadeira cruzada, contra o comunismo, encetada por Pio XII.

Seria uma bênção para toda a Igreja a elevação de Pio XII à honra dos altares. Eu mesmo, segundo testemunho de minha mãe, fui salvo quando bebê por sua intercessão. Uma asma fortíssima e renitente me deixou à beira da morte e minha mãe invocou o papa Eugênio Pacelli. Desde pequeno o cultuo privadamente como um santo. Não é justo dizer que ele está para o VII assim como, por exemplo, um São Leão Magno, um São Gregório Magno, um São Bernardo de Claraval, um Santo Tomás de Aquino estão para Trento ou para o Vaticano I.

⁴ Cf. João Paulo II, Carta Apostólica, *Tertio Millennio Adveniente*, § 35.

⁵ Mgr. Roche, *Pie XII devant l'histoire*, p. 52-53.

⁶ A propósito, recorde um interessante artigo do jornalista Fernando Pedreira, um verdadeiro trabalho de filosofia da cultura, em que o articulista de formação liberal dizia que o grande derrotada da Segunda Grande Guerra Mundial não foi o nazifascismo mas a Europa tradicional representada por Pio XII, pela Espanha de Franco e o Portugal de Salazar.